

## **Intervenção da Senhora Ministra da Cultura na 4ª audição regimental**

Senhoras e senhores deputados,

Hoje, faz exatamente 500 dias desde que foi detetado o primeiro caso de Covid-19 em Portugal.

Chegados a esta quarta audição regimental da Cultura, a última desta sessão legislativa, olhamos para trás e não conseguimos disfarçar a vertigem. Onde começou e onde termina este ano? Paramos e é difícil encontrar a resposta clara e cabal. A única verdade possível é que em março de 2020, o tempo passou a ser matéria distinta daquela que conhecíamos.

O que era urgente deixou de sê-lo com a chegada de novas pressas, mais urgentes do que as anteriores. E no meio da emergência nem sempre foi fácil encontrar o caminho certo. Errámos e acertámos. Demos o nosso melhor, num momento para o qual nenhum de nós foi treinado, um momento para o qual não existe preparação possível.

Os anos de 2020 e 2021 não são apenas anos difíceis para todos. São anos terríveis para todas as mulheres e homens que viram o seu trabalho

suspensão sem aviso prévio. Para quem trabalha na Cultura, estes são anos de chumbo.

Em janeiro último o país voltou a fechar. No dia seguinte ao anúncio de confinamento geral, o Ministério da Cultura anunciou como resposta um programa de incentivo à criação artística no valor de 42 milhões de euros. Chamámo-lo Garantir Cultura, sabendo que, em muitos casos, o que esse programa faria seria permitir que muitos trabalhadores pudessem continuar a viver da Cultura. Tratou-se do maior, do mais robusto programa de incentivo à criação artística em Portugal, que acabou por ser reforçado com mais 11 milhões de euros, totalizando, assim, 53 milhões destinados a todos: indivíduos, empresas, entidades não lucrativas, a grupos formais e informais. Os contratos estão a ser celebrados, os pagamentos foram ou estão a ser efetuados.

Esta e outras medidas para a área da Cultura são fruto de um trabalho de construção. Não posso deixar de nomear aqueles com quem tralhámos a favor de medidas concretas e com impacto na vida dos artistas e profissionais da área da Cultura: PCP, PEV, PAN e a deputada não inscrita Cristina Rodrigues. Outros, não tão poucos neste Parlamento quanto isso, nada propuseram.

Ao mesmo tempo que pôs em marcha o Garantir Cultura, o Ministério da Cultura retomou o Apoio Extraordinário para autores, técnicos e outros profissionais da Cultura, criado pela primeira vez em junho de 2020, no valor correspondente a um Indexante dos Apoios Sociais, ou seja, 438,18 euros, e retomado em 2021 durante três meses, destinado a todos os trabalhadores da Cultura, com Códigos de Atividade Económica e de IRS deste setor, os únicos – repito, os únicos – que em Portugal tiveram um apoio adicional – digo, adicional – aos apoios da Segurança Social, que puderam auferir deste apoio continuando a exercer a sua atividade quando tal era possível e que beneficiou milhares de trabalhadores.

Garantir Cultura e Apoio Extraordinário aos Profissionais da Cultura são apenas duas das medidas concretas para o setor em resposta imediata ao segundo confinamento geral. Entre essas, podemos também falar dos apoios ao setor do livro da DGLAB, no valor de 1,2 milhões de euros, a que se somam 24 bolsas de criação literária, no valor de 270 mil euros; dos apoios às entidades artísticas através da DGArtes, no valor superior a 13 milhões de euros; dos apoios aos Museus, através do programa ProMuseus, na valor de 1 milhão de euros; dos apoios ao cinema através do ICA, no valor de 1,4 milhão de euros. Todas estas medidas foram viabilizadas através de reforços do orçamento do Ministério da Cultura.

Mas o Governo não se ficou pelos apoios exclusivos ao setor atribuídos pela tutela da Cultura. Falemos, por isso, de outros números: 75 milhões de

euros de impacto efetivo na área da cultura através dos apoios transversais ao emprego e às empresas implementados por este Governo, como o apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade em empresas em situação de crise empresarial, o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, as linhas de crédito garantidas e as moratórias de créditos bancários.

Só através do programa Apoiar.pt o setor cultural recebeu mais de 48 milhões de euros em apoios a quase 4.000 empresas e entidades com atividade no setor cultural. Aqui incluem-se, nomeadamente, cerca de 250 entidades da área do livro, 350 da área do cinema e 800 nas artes do espetáculo.

Destaco ainda a Programação Cultural em Rede, um programa de descentralização, com dotação de 30 milhões de euros, financiado através do PT2020, que apoia mais de uma centena de projetos em todo o país, contribuindo para gerar emprego cultural, dinamizando espaços, favorecendo a coesão territorial.

Na área do cinema e do audiovisual, o ICA reforçou os seus programas de apoio, tendo sido apoiada a produção de mais seis filmes e séries do que estava inicialmente previsto, assim como um maior número de festivais de cinema em todo o país.

Entre 2020 e 2021, o Ministério da Cultura aprovou medidas cujo impacto financeiro global é superior a 160 milhões de euros, aos quais acrescem 75 milhões de euros que chegaram ao setor da Cultura através dos apoios transversais ao emprego e às empresas.

O valor para executar estas medidas não constava no Orçamento do Estado para 2021, que, por si, já tinha aumentado 46% face ao ano anterior. Aliás, entre 2018 e 2021, o orçamento global do Ministério da Cultura cresceu 100 milhões de euros, excluindo o setor da Comunicação Social.

Estes números confirmam algo que sempre soubemos: uma verdadeira política de Estado para a Cultura faz-se de ideias, mas também de investimento. Investir financeiramente na Cultura é a consagração do nosso compromisso e da nossa visão para o setor.

Já o disse aqui e repito, utilizando para isso exatamente as mesmas palavras. A visão estratégica deste Governo para o setor da Cultura tem sido apenas uma desde o primeiro dia: colocar a Cultura no centro de uma verdadeira política de Estado. Como? Atribuindo à Cultura o seu papel central enquanto motor de atividade económica e de coesão social e territorial. Assegurando a fruição de uma Cultura de elevada qualidade a todos cidadãos. Promovendo a estabilidade do setor e confiança dos seus profissionais. Investindo na Cultura como garante da Democracia.

Em março de 2020, quando a pandemia chegou a Portugal, ficou para nós claro que o Ministério da Cultura teria de passar a trabalhar, simultaneamente, em dois cenários distintos: o primeiro, dominado pela emergência e na resposta à crise motivada pela pandemia; o segundo, dedicado à persecução da política cultural consagrada no programa de Governo.

Em Mafra, a 22 de abril de 2021, o Governo aprovou, durante um Conselho de Ministros temático dedicado à Cultura, cerca de duas dezenas de diplomas. O que importa destacar, uma vez mais, não é o número, mas sim a importância dos documentos aprovados.

Começo por três medidas capazes de estruturar o setor, conferindo-lhe estabilidade e garantido a confiança dos seus profissionais: 1) Revisão do Modelo de Apoio às Artes, diplomas recentemente publicados; 2) Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, cujo período de credenciação decorre, e a abertura da linha de apoio à programação abre a 27 de setembro; finalmente, 3) Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura, cujos contributos resultantes da fase de consulta pública estamos agora a analisar.

Nesse Conselho de Ministros da Cultura, foi igualmente aprovada a criação da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, que permitirá a circulação de

obras e sua fruição por todo o território nacional. Aliás, ainda no que respeita à estratégia para a arte contemporânea, apresentámos ontem a seleção para aquisição das novas obras que vão integrar a Coleção de Arte de Contemporânea do Estado, no valor de 650 mil euros. E destaco um outro instrumento de promoção da arte em todo o território nacional, que prevê que 1% do orçamento das empreitadas públicas seja investido em arte.

Além disso, aprovamos a extensão do programa de incentivo à produção cinematográfica e audiovisual até 2023. O Fundo de Apoio ao Turismo e Cinema afirma Portugal como destino de filmagens, atraindo produtores estrangeiros de referência, valorizando o litoral e o interior e o património histórico e natural das diversas regiões do país.

Aproveito ainda a oportunidade para informar que tiveram início os trabalhos para a produção do novo Plano Estratégico para o Cinema e Audiovisual, cuja apresentação está prevista para o início do Outono. Foram apresentados em abril deste ano os novos recursos do Plano Nacional de Cinema, bem como o programa LEME, para a promoção da literacia mediática junto de alunos e professores, e que será disponibilizado às escolas antes do início do próximo ano letivo.

A consulta pública sobre a proposta de revisão do Contrato de Concessão da RTP reuniu mais de 2500 contributos. Iniciou-se, assim, uma verdadeira discussão sobre a missão do serviço público de rádio e televisão em Portugal, numa altura de mudanças fundamentais.

Permitam-me ainda que fale do Plano de Recuperação e Resiliência, um instrumento que dedica 243 milhões de euros à Cultura. 90 milhões desse valor será destinado à área do Digital. Destaco um dos investimentos que serão realizados: a digitalização de 1000 títulos do cinema português, que será operacionalizada pela Cinemateca Portuguesa.

As verbas inscritas no PRR contemplam ainda a melhoria da eficiência energética do centro de conservação da Cinemateca, o que permitirá reduzir a sua pegada de carbono e contribuir para a sustentabilidade ambiental. Para além disto, foram alocadas verbas para a aquisição de sistemas de projeção digital de cinema para 125 equipamentos públicos em todo o país. Estas medidas, há muito reclamadas pelo setor, vão permitir uma verdadeira difusão do cinema português, promovendo ainda a redução de assimetrias regionais e a coesão territorial do país.

No que ao Património Cultural diz respeito, o PRR português dedica 150 milhões de euros à requalificação e conservação de 46 Museus e Monumentos Nacionais e os 3 Teatros Nacionais. Este investimento



estratégico e estruturado em património cultural é essencial para preservar o seu valor cultural, histórico, artístico e arquitetónico, melhorar a sua eficiência energética, dinamizar a atividade económica e turística, colocando o património cultural no lugar central do desenvolvimento social, económico e territorial.

Para concretizar esta componente de reabilitação do Património Cultural, e de forma a garantir maior proximidade, descentralização e eficácia, o Ministério da Cultura (através da DGPC e do GEPAC) vai celebrar contratos interadministrativos com diversos municípios, anúncio que faço neste Parlamento.

Senhoras e senhores deputados,

Esta pandemia dura há 500 dias. São 16 meses, 71 semanas de um tempo que ficará na História. Mas não podemos ficar agarrados ao passado, nem sequer ao presente. Escrevia Clarice Lispector. “Nunca a vida foi tão atual como hoje: por um triz é o futuro”. Reforço o convite que sempre aqui deixei: vamos, de forma construtiva, desenhá-lo juntos.

Obrigada.

**Graça Fonseca**

**14 de julho de 2021**